



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Isabel Thaís Eirado Martins

**DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA E O SIMBOLISMO DO
RECONHECIMENTO DO CAIS DO VALONGO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL
PELA UNESCO**

Brasília - DF
2019

ISABEL THAÍS EIRADO MARTINS

**DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA E O SIMBOLISMO DO
RECONHECIMENTO DO CAIS DO VALONGO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL
PELA UNESCO**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao
Curso de Relações Internacionais do Instituto de
Relações Internacionais da Universidade de Brasília,
como requisito para conclusão da disciplina
“Dissertação em Relações Internacionais”.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes
Manzur.

Brasília - DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL/UNB

ISABEL THAÍS EIRADO MARTINS

**DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA E O SIMBOLISMO DO
RECONHECIMENTO DO CAIS DO VALONGO COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL
PELA UNESCO**

Monografia apresentada à banca do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para conclusão da disciplina de “Dissertação em Relações Internacionais” e como item opcional para obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Aprovada em: 17/04/2019

EXAMINADORA:

Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Os quatro anos que passei na universidade foram de muito aprendizado. Contribuíram não apenas para tornar-me uma profissional, mas também uma cidadã. Concluo esta fase com a consciência de que a universidade é local de construção conjunta de conhecimento e deve ser aberta e de fácil acesso para todos. É também um ambiente de esperança, um local de construção do futuro da nação, onde, por meio do pensamento crítico e da pesquisa científica, somos estimulados a lutar por um País melhor para todos nós.

Este trabalho é a etapa final de um ciclo que só pude concluir graças ao investimento nas universidades públicas, mantidas pelos impostos. Por isso, agradeço primeiramente ao contribuinte brasileiro e espero poder retribuir estes investimentos com retornos positivos à nossa sociedade, sendo este trabalho uma tentativa de fazê-lo. Agradeço também aos professores da Universidade pela paciência, profissionalismo, apoio e dedicação. Agradecimento especial à minha orientadora Tânia Manzur por contribuir para a qualidade do meu trabalho e também para o meu crescimento acadêmico.

Tenho a sorte de fazer parte de uma família unida, carinhosa, acolhedora e apoiadora, minha base de suporte. Por isso, deixo aqui meu muito obrigada a ela, em especial aos meus pais, Carlos Alberto Martins e Lisa Martins, e meus irmãos, Ana Beatriz e Bruno Gabriel, obrigada por terem me motivado e incentivado na escrita deste trabalho. Agradeço também aos meus amigos, aos colegas de curso e pessoas queridas.

“Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado”.

- *Emília Viotti da Costa*

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar a relação entre a diplomacia cultural brasileira e o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O estudo trata da relação entre as diretrizes de políticas culturais e de política externa brasileira no período do governo Lula ao governo Temer, destacando o papel do Estado e da sociedade civil para a construção da argumentação e das negociações que levaram ao referido reconhecimento.

Palavras-chave: cultura; diplomacia cultural; patrimônio cultural; Unesco; Cais do Valongo.

ABSTRACT

This research aims to analyse the relationship between the Brazilian cultural diplomacy and the recognition of Valongo Wharf as a world heritage site by the United Nations Educational, Scientific and Cultural (Unesco). The study connects Brazilian cultural policies and its foreign policy during the administration of Lula, Dilma and Temer, highlighting the role of civil society, specially the Black Movement in Rio de Janeiro, and State. Such actors were relevant to build arguments and negotiate the recognition of the abovementioned site.

Key-words: culture; cultural diplomacy; cultural patrimony; Unesco; Valongo Wharf.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS	11
2.1 - HIPÓTESE.....	16
2.2 - OBJETIVOS.....	16
3 CAIS DO VALONGO: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO.....	16
4 A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA	21
5 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS DE LULA A TEMER E A DIPLOMACIA CULTURAL	29
6 O CAIS DO VALONGO: A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA E O RECONHECIMENTO PELA UNESCO	34
7 CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O Cais do Valongo é um sítio arqueológico e localiza-se na zona portuária do Rio de Janeiro na Praça do Jornal do Comércio, região da Pequena África, e possui cerca de 350 metros, abrangendo desde a Rua Coelho e Castro até a Sacadura (CAIS DO VALONGO..., [ca. 2017]). É um local conhecido por referir-se à memória da escravidão nas Américas e em especial no Brasil, uma vez que foi o principal porto de desembarque e tráfico de africanos na América entre 1811 e 1831, sendo esse último o ano de abolição da escravatura no País (IPHAN, 2016). Tendo em vista que 60% dos africanos retidos como escravos com destino às Américas passaram pelo Rio de Janeiro, é possível mensurar a importância do porto. De acordo com estimativa do *Slave Trade Data Base*, entre 500 mil e 900 mil africanos passaram por ali (IPHAN, 2016). Os estudos do historiador Carlos Eugênio Líbano Soares e da arqueóloga Tânia Andrade Lima confirmam a estimativa de que pelo menos meio milhão de escravos passaram pela região do Valongo entre o final do século XVIII – momento em que houve mudança do desembarque da Praça XV para o Valongo – e 1831 (SOARES; LIMA apud VASSALO; CICALO, 2015).



Imagem do Cais do Valongo atualmente (realçada pela autora). Fonte: IPHAN, 2014.



Cais do Valongo é reconhecido como Patrimônio da Humanidade. Fonte: Agência Brasil Fotografias, 2017.

O porto é monumento de grande relevância para a relação entre o Brasil e o exterior, pois foi pólo de comércio internacional entre 1811 e 1831, comércio esse representado principalmente pelo tráfico de escravizados (IPHAN, 2016). Desta forma, o comércio de mercadorias e troca de escravos a partir daquela época na América e no Brasil em específico influenciaram a organização da sociedade moderna e a formação da cultura do País.

Dito isto, esta pesquisa tem por objetivo compreender em que medida o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) foi relevante como elemento da diplomacia cultural brasileira. O período analisado será entre 2011, com a redescoberta do Cais devido às escavações no Porto Maravilha, evento que será detalhado na seção "Cais do Valongo: história e patrimônio", e o momento do reconhecimento pela Unesco, no dia primeiro de março de 2017. O foco central deste estudo são os elementos que levaram o Brasil a pleitear o status de patrimônio, como políticas culturais e pressão de movimentos sociais, até a construção de uma crescente importância desse evento para a diplomacia cultural brasileira e para a projeção internacional da imagem do Brasil.

A primeira seção desta Monografia irá tratar de conceitos teórico-metodológicos a serem utilizados pelo estudo. Em seguida será feita uma abordagem sobre a história do Cais do Valongo e os elementos que levaram ao seu reconhecimento. Posteriormente, cada um desses itens será

tratado detalhadamente, a começar pela interação entre os movimentos sociais e as políticas culturais, destacando a influência do Movimento Negro na elaboração de políticas estatais para a cultura. Então, serão discutidos os principais elementos das políticas externas dos governos entre 2011 e 2017, destacando a função de patrimônios culturais como elementos importantes na diplomacia cultural brasileira. Propõe-se por fim, dar continuidade ao trabalho com especificação sobre os processos de elaboração e reconhecimento da candidatura do Cais do Valongo como patrimônio mundial da Unesco, destacando assim a relação entre a diplomacia cultural brasileira e o organismo internacional.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

A fim de analisar o momento histórico em questão¹, os conceitos e os fatos, o trabalho se utilizará da perspectiva de *insider*, dentre as duas opções utilizadas nas ciências sociais, ou seja, *outsider* e *insider*. Enquanto a primeira consiste no estudo de um objeto a partir do distanciamento do pesquisador, a segunda, consiste na aproximação dele com o assunto. Dessas duas percepções desenvolvem-se duas teorias, a compreensiva, da visão do *insider* e a explicativa, da visão do *outsider*. No contraste entre explicar e compreender, encontram-se os níveis de análise, compostos por três camadas. A primeira considera o sistema internacional como um ambiente com normas e propósitos que interferem no processo histórico. A outra camada é a nacional, na qual as sociedades levam em consideração o que ocorre dentro delas. A última camada é a de atores individuais ou de grupos com papéis institucionais e formuladores de regras (SMITH; HOLLIS, 1990).

Na tradição de análises feitas na perspectiva de *outsider* assume-se que as decisões não são afetadas pelas experiências pessoais dos atores; na verdade, elas são resultado de comportamento causado por forças e estruturas externas. Nesse caso, utiliza-se da teoria explicativa para analisar o mundo social, considerado muito próximo do mundo das ciências naturais, ou seja, independente e previsível, de acordo com a preferência dos atores (SMITH; HOLLIS, 1990).

A partir do engajamento do analista em explicar a política externa, emerge o nível de análise *top-down*, que foca o estudo no âmbito do sistema internacional como sendo o ambiente dominante na política, o Estado como o principal ator internacional e agente racional e as

¹ Tratando do período de 2011 (descobrimto do Cais) a 2017 (reconhecimento pela Unesco como patrimônio mundial).

demandas burocráticas como definidoras dos comportamentos individuais (SMITH; HOLLIS, 1990). A escola realista aplica em seus estudos o nível *top-down* a partir das ideias de Hans Morgenthau, cujas principais intenções, coerentes como os objetivos dos principais pensadores desta corrente de pensamento, eram transformar as práticas diplomáticas do século XIX em leis gerais das ciências sociais. O behaviorismo também teve grande espaço na aplicação de tal nível ao trazer para as ciências sociais regras gerais e metodologia científica de acordo com as utilizadas nas ciências naturais (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012).

Já a teoria compreensiva, percebida pelo *insider*, é a que melhor se aplica a este estudo por tratar o mundo social como uma construção social com regras e significados. Ela leva em conta o significado das experiências dos indivíduos, diferenciando símbolos de sinais. Enquanto sinais são definidos pela natureza, como quando o termômetro marca temperatura negativa e isso influencia a experiência das pessoas, que passam a sentir frio, símbolos são convenções sociais detentores de significados, como o Cais do Valongo, que não pode ser analisado como um fenômeno natural mas sim pelo significado que detém para a humanidade, ao representar um símbolo da escravidão no Brasil e nas Américas (SMITH; HOLLIS, 1990).

Outro elemento da teoria compreensiva que se aplica a esta Monografia é a atuação dos atores e o significado que almejam com suas ações. Sendo assim, o objetivo dessa teoria é encontrar o significado em fatos e eventos, nesta ocasião, buscar o significado e a motivação para o fato do reconhecimento do Cais. O último fator é o das ideias, cujos significados influenciam os atores sociais, já que os seus pensamentos são formados pelas ideias que compõem suas mentes e que suas ações são influenciadas pelas expectativas. No entanto é preciso levar em consideração que as teorias de relações internacionais também influenciam os atores na medida em que fazem parte de suas formações e modo de ver o mundo (SMITH; HOLLIS, 1990).

Ao buscar compreender o sistema internacional, o nível *bottom-up* diz que aquele é a soma do que as nações fazem, que o comportamento estatal é resultado de barganhas entre agências burocráticas e que as escolhas individuais ou de grupos são centrais para a análise de decisões estatais ou coletivas. Sendo assim, optou-se também por abranger este nível no presente trabalho, já que inicia-se pela análise de movimentos sociais para então chegar à decisão dos países da Unesco de reconhecer o Cais como patrimônio, ou seja, acredita-se que as ideias de grupos específicos tiveram influência no quadro geral da decisão final a nível internacional (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012).

Após definir perspectivas, teorias e níveis de análise que serão utilizadas por esse trabalho, segue-se então para delimitação de abordagens e do processo de análise da política externa, a ser aplicada no âmbito da diplomacia cultural. Nesse sentido, são três abordagens: a orientada para o processo de tomada de decisão, a focada no processo estrutural e a focada nos atores. A primeira distingue atores e estruturas, colocando-nos em posições distintas para análise e seu objeto de estudo é o propósito das decisões de indivíduos ou grupos na política externa, levando em conta a centralidade do Estado (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012).

A abordagem focada nos atores, a que mais claramente se adapta a esse trabalho, utiliza do nível de análise *bottom-up* e engloba visões como a cognitiva e psicológica, a de políticas burocráticas, a perspectiva interpretativa do ator e a escola novo liberalismo. A primeira visão consiste no entendimento de que os atores não são maleáveis ou passivos, mas tem crenças e ideias guadoras e buscam resolver problemas, como é o caso dos atores do Movimento Negro que possuem o objetivo comum de combater o problema do racismo. Acredita-se também que as características de agentes (indivíduos ou pequenos grupos) influenciam a política externa (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012), como influenciaram o Estado brasileiro a pleitear o reconhecimento do Cais do Valongo.

Já a segunda visão, a de políticas burocráticas, pode ser explicada em termos de conflitos burocráticos, ou seja, relações de embate entre instituições, regras e agentes pertencentes a organismos burocráticos, e é preciso analisar o relacionamento entre os indivíduos e seus ambientes organizacionais para compreender as escolhas políticas (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012). Ela pode se aplicar a este trabalho na medida em que percebe-se outras intenções por trás das agências governamentais, como o incentivo ao turismo pela valorização do porto ou até mesmo maior prestígio internacional, fatores que acabaram por motivar o início do processo de apresentação do Cais do Valongo como patrimônio mundial.

Após definir o nível de análise (*insider*), a teoria a ser utilizada (*compreensiva*), a abordagem (*focada nos atores*) e explicar as camadas do nível de análise e sua aplicação no trabalho, propõe-se detalhar ainda mais a metodologia. Desta forma, será utilizada a metodologia de análise de política externa, composta por uma dupla natureza que engloba elementos domésticos e internacionais, ambos parte das camadas dos níveis de análise. Smith, Hadfield e Dunne (2012) definem como objeto de análise da política externa a tomada de decisão, já os fatores explicativos²

² Aquilo que busca compreender o objeto de estudo (SMITH; HOLLIS, 1990).

são os elementos que influenciam o processo de escolha dos atores. Esses últimos, tanto internos quanto externos, exercem o papel de influenciar a tomada de decisão no decorrer do exercício da política externa e eles se relacionam com as diversas estruturas que fazem parte do sistema internacional. Sendo assim, a política externa é composta pelos âmbitos domésticos e internacionais, bem como por atores e estruturas e o exercício de tal política resulta na interação entre esses quatro fatores (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012).

A partir da perspectiva *bottom-up*, inicia-se o estudo pelos movimentos sociais, que representam parte dos atores domésticos e compõem a camada da sociedade civil. Esse grupo é composto por atores em lutas por direitos, com destaque para o Movimento Negro no Brasil e em especial no Rio de Janeiro. A relação entre tal grupo e o Estado tem caráter antagônico pois ao passo em que denunciam os abusos e opressões praticados por este, também são atores essenciais para a manutenção do Estado democrático, o qual requer participação das diversas camadas da sociedade. Ao levarem suas demandas ao Estado, acabam por impactar a formulação de políticas públicas, as quais se estendem à atuação internacional do País, como foi o caso no pleito pelo reconhecimento do Cais do Valongo (CUNHA, 2000).

A camada sistêmica tem como principal representante a Unesco, formada por um conjunto de Estados, principais atores dentro da arena internacional. Nesse sentido, eles têm papel fundamental ao interagir com os indivíduos e representantes da sociedade civil e também com o sistema internacional. No caso do presente trabalho, os atores estatais são o Ministério de Relações Exteriores, o Ministério da Cultura, em especial o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN- e a Fundação Palmares, órgãos vinculados ao referido Ministério, e a prefeitura do Rio de Janeiro, que teve o papel fundamental de articular a candidatura com o Movimento Negro e também com o Ministério. Sendo assim, o poder estatal, a partir de pressões de representantes da sociedade civil, investe nessa candidatura alegando a importância e representatividade dela para a história da humanidade, referindo-se ao período da escravidão, tendo em vista que se trata de momento sensível e marcante por ser a maior experiência de migração forçada e de subjugação de uma população por outra (IPHAN, 2015). Essa era deixou consequências locais e globais e, no contexto específico da sociedade brasileira, impactou a formação cultural do País.

Quanto à relevância do trabalho para a academia, a autora verificou um baixo número de pesquisas no sistema Capes relacionando políticas públicas e patrimônio cultural, em especial

aqueles sensíveis às causas raciais. Ademais, existem apenas três projetos analisando o Cais do Valongo, dentre os quais dois no âmbito antropológico e sociológico e um em perspectiva histórica. Não foi verificado nenhum estudo sobre o reconhecimento do monumento como instrumento de diplomacia cultural e nesse sentido este projeto é inovador pois contribui para compreensão da importância do porto na valorização da memória das vítimas da escravidão por meio de uma análise política.

O trabalho contribui também para explorar a relação entre patrimônio cultural, Movimento Negro, políticas culturais e política externa na academia. Sendo assim, a análise da relação entre Movimento Negro, Estado e sistema internacional (que tem no papel da UNESCO uma parcela de representação), contribui para a compreensão do papel de cada nível de análise, desde o doméstico até o internacional, além de representar a busca e a conquista de direitos a partir do engajamento social. Ademais, o reconhecimento do Cais do Valongo é também uma estratégia de inserção internacional do Brasil, utilizada pela diplomacia cultural, e representa a valorização de conversas multilaterais bem como a atuação do País em organismo multilateral (Unesco).

Representados por instituições da sociedade civil, bem como estatais, os atores supracitados ao interagirem, contribuem para a visualização da diversidade cultural brasileira e da identidade negra no Brasil. Esse fenômeno foi resultado da entrada histórica de africanos no País e reflete hoje na composição cultural e também étnica da população, composta por 112,7 milhões de pretos e pardos, num universo de 205,5 milhões, de acordo com o IBGE (2017). Nesse sentido, o trabalho em questão contribui para a academia na medida em que busca dar voz a processos e atores invisibilizados sob olhar de pesquisadora negra que compreende por sua vivência as implicações de fazer parte dessa minoria.

Para a análise de movimentos sociais, entendidos aqui como "redes sociais interorganizacionais e interativas entre sujeitos sociais" (SCHERER-WARREN, 2005, p. 23) serão utilizadas as três dimensões de Scherer-Warren (2005) - redes de solidariedade, redes estratégicas e mudanças no pensamento crítico. A solidariedade faz oposição ao conflito e é fundamental para compreender a inter-subjetividade das diferentes identidades (SCHERER-WARREN, 2005), tendo papel fundamental no acolhimento da causa pelo Movimento Negro e do reconhecimento do Cais como patrimônio, pois a comunidade internacional reconhece e se solidariza com o evento histórico simbolizado pelo monumento. Os movimentos sociais precisam também de objetivos e estratégias de ação, bem como de pensamento crítico que vise mudar a

ordem de pensamento vigente (SCHERER-WARREN, 2005). No caso do Movimento Negro, existe uma busca por emancipar a população negra e criticar e combater o pensamento racista.

No que tange às políticas culturais, os critérios de avaliação propostos por Bijos e Arruda (2010) serão utilizados, sendo eles os âmbitos simbólicos, econômicos e cidadãos dos bens culturais. Tais elementos foram abordados pela política externa de Fernando Henrique Cardoso e intensificados por Lula da Silva que, por sua vez, deu novo entendimento governamental à área da cultura, aplicando-a como meio para o desenvolvimento socioeconômico do país (BIJOS; ARRUDA, 2010). Quanto à análise de política externa, serão levados em conta os elementos já descritos - atores, estrutura, elementos domésticos e internacionais (SMITH; HOLLIS, 1990).

Por fim, para a análise do caso do Cais do Valongo, propõe-se o método de estudo de caso, o qual será baseado em análise histórica e simbólica do monumento, a partir de informações providas pelo então Ministério da Cultura (atual Ministério da Cidadania), em especial pelo IPHAN, e pela Unesco. Considera-se que o reconhecimento do local como patrimônio mundial, no dia primeiro de março de 2017, representa progresso na política externa brasileira, a partir da maior valorização da cultura e da exploração dos âmbitos simbólico, econômico e social dos bens culturais.

O estudo feito neste trabalho é de caráter qualitativo e para desenvolvê-lo serão utilizados como fontes de pesquisa artigos, documentos históricos, notícias, pesquisas e dados fornecidos por organizações internacionais, não-governamentais e órgãos estatais. Nesse sentido, o método de pesquisa compreende revisão bibliográfica e análise sobre os temas de diplomacia cultural brasileira, movimentos sociais, política cultural e política externa.

A pergunta de pesquisa do trabalho é: “Como a diplomacia cultural brasileira, em busca de projeção internacional assertiva para o Brasil, associa as políticas culturais nacionais, os elementos de relevância do Cais do Valongo, e o simbolismo carregado por ele para alcançar torná-lo patrimônio mundial?”

As perguntas complementares são:

- 1) Como a diplomacia cultural utiliza do Cais do Valongo para promoção de imagem do Brasil?
- 2) Qual o impacto de movimentos sociais no reconhecimento do Cais do Valongo? Que movimentos sociais se fizeram relevantes nesse contexto? Como exerceram influência?

2.1 Hipótese

A Monografia busca demonstrar que o processo de solicitação do reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial, iniciado em 2012, é consequência de participação ativa de parcelas da sociedade civil e diálogo entre o Estado brasileiro e a população, implementada a partir do governo Lula com a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, e absorvida pela estratégia de diplomacia cultural do País, no caso em tela. Dessa forma, a diplomacia cultural incorporou demandas levadas à instância ministerial do Estado pelo governo local, este acatando a solicitação da sociedade civil. O diálogo do Movimento Negro com a prefeitura do Rio de Janeiro foi levado à âmbito estatal e então apresentado internacionalmente. Sendo assim, mesmo que as bases ideológicas e projetos políticos tenham mudado com a ascensão de Michel Temer à presidência do País, as políticas implementadas a partir de Lula e continuadas por Dilma tiveram suas heranças claramente percebidas no caso do reconhecimento do Cais do Valongo.

2.2 Objetivos

O objetivo principal do trabalho é compreender e explorar a relação entre a diplomacia cultural brasileira e o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial, bem como relacionar tais elementos com as diretrizes de política cultural, política externa e movimentos sociais.

Os objetivos secundários consistem em:

- 1) Desenvolver análise de conceitos relacionados à política externa, políticas culturais, imagem internacional do Brasil, expressões culturais, identidade nacional e diplomacia cultural;
- 2) Analisar as políticas externas de 2011 à 2017 e sua relação com o âmbito cultural, representada neste caso pelo reconhecimento do patrimônio cultural como estratégia de diplomacia cultural;
- 3) Compreender a relação entre os movimentos sociais e o Estado a partir da análise do impacto do Movimento Negro na elaboração da candidatura do Cais do Valongo.

3 CAIS DO VALONGO: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Localizado na zona portuária do Rio de Janeiro na região da Pequena África, o Cais do Valongo é um local conhecido por referir-se à memória da escravidão no Brasil e no mundo, uma

vez que foi o principal porto de desembarque e tráfico de africanos na América entre 1811 e 1831 (IPHAN, 2016). Tendo em vista que 60% dos africanos retidos como escravos com destino às Américas passaram pelo Rio de Janeiro, é possível mensurar a importância do porto. De acordo com estimativa do *Slave Trade Data Base*, conforme já mencionado na introdução, entre 500 mil e 900 mil africanos passaram por ali (IPHAN, 2016).

Em 1843, com a vinda da Família Real para o Brasil, foi construído no lugar do Cais do Valongo um Cais para a Imperatriz, a princesa Tereza Cristina das duas Sicílias, recém casada com o Imperador Dom Pedro II, mas a região manteve sua identidade negra, pois continuou a abrigar os descendentes de africanos (VASSALO; CICALO, 2015; IPHAN, 2016). O fim da escravidão em 1888 também não foi impedimento para que a referida população se mantivesse no local. No século XX, a construção foi aterrada e transformado na praça Jornal do Comércio, ainda hoje existente e onde o Cais fica localizado (VASSALO; CICALO, 2015).

No ano de 1996, a partir de obras em uma residência local, foi descoberto o Cemitério dos Pretos Novos na região do Valongo, local onde os escravizados que já chegavam mortos ao Brasil eram enterrados. Esse achado deu origem a um seminário, em 2001, que contou com pesquisadores brasileiros e internacionais. O evento levou à tona a demanda por maior exploração arqueológica da região que remete à história da diáspora africana, ou seja, aos ciclos de migração (VASSALO; CICALO, 2015). Os processos de diáspora são divididos em três períodos, posteriores a migração espontânea de africanos para a Ásia Menor e o Mediterrâneo, fenômeno que ocorreu antes da escravidão negra e teve seu auge na época da expansão islâmica. O primeiro período, ao qual esse trabalho se refere, é o do tráfico negreiro, o qual levou à implementação da escravidão de negros. Tal período vai do século XVI ao XIX, representando um estreitamento nas relações entre a África e o resto do mundo, principalmente com as Américas, a Europa e o Oriente Médio, sendo a relação com as primeiras a mais marcante, pois os africanos ajudaram a construir a base dessa civilização e possuem grande impacto ali até hoje (MAZRUI; WONDJI, 2010).

O segundo período da diáspora é a fuga do colonialismo, o que ocorre entre 1919 e 1960. O último ciclo é a fuga de cérebros que ocorre depois de 1960 com exílios políticos, negros da América voltando à África, se dirigindo principalmente à Serra Leoa e à Libéria, em busca de tomar conhecimento sobre suas origens (MAZRUI; WONDJI, 2010). Este trabalho não irá abordar esses dois últimos.

Na ocasião dos seminários de 2001, Carlos Soares solicitou também a escavação do Cais do Valongo, no entanto pouca atenção foi dada por parte do Estado e não houve a exploração arqueológica da região (VASSALO; CICALO, 2015). Anos mais tarde, ações tomadas pelo governo do Rio de Janeiro em conjunto com empresa de capital misto para desenvolver projeto de modernização e incentivo ao turismo na região e melhorar as condições da área portuária, especialmente no Porto Maravilha do Rio de Janeiro, no contexto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas, resultou, em 2011, na redescoberta do Cais do Valongo. A partir de então pesquisadores como o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares e a arqueóloga Tânia Andrade Lima se mostraram receosos quanto aos rumos que seriam dados ao patrimônio. Assim, juntamente com representantes do Movimento Negro do Rio de Janeiro³ solicitaram ao Iphan a escavação do Cais do Valongo a fim de restaurar e preservar o local como monumento (IPHAN, 2016; VASSALO; CICALO, 2015).

Nesse momento, diversos fatores contribuíram para o sucesso do desenterramento do Cais, dentre eles o engajamento da comunidade acadêmica e de ativistas; o contexto local de impulsionar o turismo para as Olimpíadas e a Copa do Mundo; e a conjuntura nacional de crescimento da participação dos movimentos sociais na formulação de políticas (VASSALO; CICALO, 2015). Outro fator relevante foi o reconhecimento de “direitos culturais” e dos direitos territoriais e identitários das comunidades remanescentes de quilombos pela Constituição de 1988, dado como um primeiro passo para possibilitar a escavação dessa região (ARRUTI, 2006 apud VASSALO; CICALO, 2015).

Vale destacar também que os anos que antecederam a escavação foram uma fase de amadurecimento para o projeto Rota do Escravo, explorado a seguir, que trata da rota do comércio de escravizados no Atlântico. Nesse período há uma crescente valorização das relações histórico-culturais entre Brasil e África, o que acabou por fortalecer as relações diplomáticas entre eles (CICALO, 2014 apud VASSALO; CICALO, 2015).

O Projeto Rota do Escravo (RDE), promovido pela Unesco, foi fundado em 1994 no marco dos 500 anos de colonização das Américas e também se engajou na luta contra o racismo a partir

³ Formado por diversas entidades que defendem a luta contra as desigualdades sociais, dentre elas, destacam-se as que participaram do processo de elaboração da candidatura do Cais do Valongo, o Componentes do Conselho Curatorial do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, como “o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, o Centro Cultural Pequena África, o Instituto Pretos Novos e a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Pedra do Sal” (IPEAFRO, [ca. 2018]).

da conservação e construção de monumentos em memória à primeira diáspora africana. O antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Milton Guran, aderiu ao projeto em 2010 como representante brasileiro em seu Conselho Científico Internacional. Em 2012, o professor elencou cem lugares de memória do tráfico negreiro no Brasil e destacou o Cais do Valongo como o monumento central e local mais importante e melhor conservado de lembrança da escravidão fora da África (VASSALO; CICALO, 2015).

Nesse contexto, iniciaram-se em 2011 as escavações pela arqueóloga Tânia Lima, que acabou por privilegiar a história das populações desfavorecidas e assim optou por favorecer o Cais do Valongo ao invés do Cais da Imperatriz. “Mais do que isso, ela viu na sobreposição dos dois cais a expressão das relações de dominação de brancos sobre negros que perpassa toda a formação da sociedade brasileira” (VASSALO; CICALO, 2015, p. 248). Vários objetos cotidianos da época foram encontrados e coletados para análise e assim iniciou-se processo fundamental para a patrimonialização da memória da diáspora africana, ou seja, traduzir a história em forma de patrimônio cultural como forma de lembrança do passado (VASSALO; CICALO, 2015).

No dia 20 de novembro de 2013, Dia da Consciência Negra, uma delegação da Unesco, liderada pelo diretor do projeto Rota do Escravo, Ali Moussa Iye, acompanhado de lideranças do Movimento Negro institucionalizado do Rio de Janeiro, representantes da prefeitura e pesquisadores, reconheceu o Cais do Valongo como importante local de memória da diáspora africana (VASSALO; CICALO, 2015). A importância do Cais do Valongo vai desde seu bom estado de preservação até o simbolismo que representa por ter contado com passagem de enorme quantidade de escravizados. Outro fator importante é que o local representa uma “continuidade física e simbólica dos locais de partida já identificados e tombados pela Unesco na costa africana” (VASSALO; CICALO, 2015, p. 240).

O contexto histórico é de movimento mundial de reconhecimento e reparação da história da escravidão a partir da “construção de lugares de memória e apropriação desses lugares pelas comunidades locais” (VASSALO; CICALO, 2015, p. 241). Dentre os países que participam do processo estão Holanda e Inglaterra, que tiveram papel importante na implementação da escravidão e agora estão em processo de reconhecimento e formação de memória crítica, construindo monumentos como parte dessa lembrança (VASSALO; CICALO, 2015). Esse momento de reconhecimento é inovador no Brasil, pois a memória da escravidão é considerada

tardia por conta da mestiçagem e do mito da democracia racial, o que justifica a falta de pesquisa sobre a patrimonialização da lembrança da escravidão (VASSALO; CICALO, 2015).

Pollak diz que as memórias reivindicadas por um grupo para si são socialmente e progressivamente construídas (1992 apud VASSALO; CICALO, 2015). Nesse sentido, existem conflitos e negociações entre diversos atores sobre o entendimento do significado de um certo local, na medida em que a memória representa um passado que foi construído sob a narrativa do presente e portanto, em muitos casos é questionável. Sendo assim, um monumento por si só não consegue garantir a memória que representa e para que ela seja preservada é preciso o apoio do Estado, de guias turísticos, de gestores e da própria população. Ademais, o significado e a memória de um monumento mudam com o tempo e conforme o observador (VASSALO; CICALO, 2015).

O significado que um local possui está também totalmente ligado às ações humanas. Nesse sentido, os rituais, práticas e ações realizadas e voltadas para aquele local são responsáveis por dar a ele valor e significado. Nesse contexto, para que um monumento seja considerado patrimônio mundial, é preciso consenso em torno de seu significado, já que um dos critérios de seleção é que não pode haver polêmicas sobre isso (VASSALO; CICALO, 2015).

No que tange à elaboração conjunta do significado do Cais, durante o processo de escavação e de estudo do local, houve a participação de ativistas negros⁴, os quais destacam a importância do local como porta de entrada das crenças, práticas e culturas que formaram o Brasil e que estão presente na maior parte da sociedade brasileira atual. Os referidos movimentos buscaram, portanto, participar ativamente nos rumos e políticas referentes ao monumento (VASSALO; CICALO, 2015).

Sendo assim, esses grupos se reuniram com o então subsecretário de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SUBPC) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Washington Fajardo. Na ocasião foram encaminhadas medidas ao prefeito que resultaram na promulgação do Decreto nº 34803, de novembro de 2011. Este determinava a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Zona Portuária e de um Grupo de Trabalho (GT) Curatorial, cujas recomendações deveriam integrar o processo de construção da memória africana e afrodescendente na localidade (IPEAFRO, [ca. 2018]). O circuito procura

⁴ "As organizações envolvidas eram sobretudo as dos setores governamentais, como o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial (Supir), a Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Igualdade Racial (Ceppir), a Fundação Palmares e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (Cedine)" (VASSALO; CICALO, 2015, p. 249)

evidenciar o vasto complexo escravagista da região e, tendo o Cais do Valongo como epicentro, é também composto pelos seguintes pontos: o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito e o Centro Cultural José Bonifácio" (VASSALO; CICALO, 2015, p. 249-250).

Após ser desenterrado e os diversos atores chegarem ao consenso de que o Cais representa a diáspora africana e o principal porto de desembarque de africanos, acordou-se que o Brasil deveria pleitear o reconhecimento do monumento como patrimônio da humanidade (VASSALO; CICALO, 2015). Assim, em agosto de 2012, a Fundação Cultural Palmares⁵, instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) na época, na ocasião do Seminário Internacional da Rota do Escravo (RDE), anunciou a intenção de candidatar o Cais do Valongo para a Lista de Patrimônio Mundial da Unesco (VASSALO; CICALO, 2015).

Em 2013 o Cais do Valongo passou a ser ponto oficial da RDE da Unesco, objetivando destacar a importância do local e ativar o seu potencial turístico. Em julho de 2014 foi enviado o dossiê de solicitação do reconhecimento do Cais para patrimônio mundial da Unesco e 3 anos depois, no dia primeiro de março de 2017, o monumento foi finalmente reconhecido (VASSALO; CICALO, 2015).

4 A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

O reconhecimento do Cais, em nível nacional, é grandemente devido ao processo de interação entre movimentos sociais e políticas estatais para a cultura. Nesse sentido, a fim de melhor compreender esse fato é preciso definir os termos *política cultural* e *cultura*, bem como analisar historicamente a relação entre o Estado, a sociedade civil e a cultura no Brasil. Para isso, esta seção irá abordar a história do Movimento Negro e o processo de institucionalização da cultura pelo Estado, o qual tem marco inicial a partir da década de 1930, ainda de modo incipiente em face das possibilidades, estendendo-se até a década de 1980, quando a relação entre Estado e cultura começa a ser melhor delimitada devido à criação de instituições estatais voltadas para a cultura (BARBALHO, 2018).

⁵ Fundada em 22 de agosto de 1988 pelo Governo Federal como primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, [ca. 2018]).

Política cultural no Brasil geralmente se refere à atuação do Estado no âmbito cultural, visto como dissociado do político. No entanto, Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) definem política cultural como o cultural que se torna fato político. A cultura é “entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17) e para compreendê-la é preciso também levar em conta as relações de poder, as quais dependem do caráter cultural pois “expressam, produzem e comunicam significados” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17). A definição de cultura tem caráter interdisciplinar e inicia-se como conceito estático, ou seja, cultura seria o conjunto de textos, crenças e artefatos. A partir de teóricos da cultura popular como Fiske, De Certeau e Willis é que se passou a perceber a cultura como “um processo coletivo e incessante de produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 18), o que trouxe um entendimento mais antropológico da questão e menos literário e artístico.

A partir do momento em que ocorre a desconstrução do conceito fixo e limitado (em tempo e espaço) de cultura e insere-se a concepção interativa e histórica é que os movimentos culturais passam a ser vistos como elementos da produção cultural. Nesse contexto, os movimentos sociais⁶ são fenômenos cruciais para compreender a relação entre político e cultural não apenas na teoria, mas também na prática (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

As políticas culturais também revelam hierarquias de poder, pois mostram quais grupos sociais têm maior influência na definição de determinado padrão de práticas sociais, além de mostrar as preferências do espectro político e as influências sofridas por ele na formulação dessas concepções e em suas ações também. Nesse sentido, “a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente buscam redefinir o poder social” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25). Sendo assim, os movimentos sociais ao desafiar os entendimentos dominantes sobre o papel da mulher, o papel do negro, etc, praticam ato político (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Para analisar as políticas culturais dos movimentos sociais é preciso levar em conta os seus efeitos sobre as culturas políticas, sendo estas “o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente, vêm a ser consideradas como propriamente políticas” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25). O que caracteriza os movimentos

⁶ Conforme definido na seção 1.

sociais é, portanto, a luta pela transformação da cultura política dominante, já que desafiam ordens sociais dominantes, a fim de ter inclusão no sistema político, e também a busca pela participação na própria conceituação de sistema político (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

No Brasil, a cultura política é influenciada pela europeia e norte-americana ao utilizar de princípios como o racionalismo, o universalismo e o individualismo. No entanto, se difere ao incorporar outros princípios contraditórios com os supracitados, como o “clientelismo, o personalismo, o paternalismo e as relações de favor” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 27), que refletem a incorporação do público pelo privado e vice-versa, ou seja, ora os interesses do Estado se confundem com os interesses de atores privados, ora os objetivos de particulares são absorvidos por políticas estatais, resultando em um governo para poucos, marcado por exclusão social e política (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

A cultura política é moldada de acordo com o período histórico, por exemplo, com o surgimento do populismo no século XX, a participação política era baseada em relações individuais com os governantes. Nesse momento o Estado se fortaleceu e destacou-se a ideia de salvador da pátria, ou seja, cresce no imaginário social o ideal de dependência de um indivíduo com amplos poderes (em geral o presidente da república) como agente responsável pela resolução dos principais problemas do País (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

É nesse contexto de personalismo que se inicia o processo de institucionalização de políticas culturais pelo Estado brasileiro, com a fundação do Ministério da Educação e da Saúde por Getúlio Vargas em 1934, seguida da criação do Departamento de Cultura e Recreação em São Paulo, na esfera municipal, chefiado por Mário de Andrade, famoso poeta e um dos criadores do modernismo no Brasil. Esse departamento auxiliou na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entidade que ficou responsável pela proteção e tombamento das “obras de arte patrimoniais, monumentos, paisagens e folclore” (CALABARE, 2009 apud SILVA, 2014, p. 201) e hoje se chama Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido a mudanças estruturais e de jurisdição do órgão, atualmente atrelado ao Ministério da Cidadania⁷. Nessa época, a participação política era limitada e a definição de cultura era dada pela elite política, mas a expansão desta cúpula junto às práticas populistas características de Vargas

⁷ Mudança feita no governo de 2019, que uniu os Ministérios do Esporte, da Cultura e do Desenvolvimento Social. No período anterior o IPHAN era atrelado ao Ministério da Cultura.

representou uma diversificação na representatividade política e o início do reconhecimento da cultura popular como parte formadora da Nação (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Já nas décadas de 1960 e 70, com o início do período militar⁸, o autoritarismo refletiu em uma eliminação política e a cultura política dominante⁹ caracterizou-se como excludente, deslegitimando a atuação de movimentos sociais, apesar de indiretamente os ter fortalecido, como será exposto posteriormente sobre o Movimento Negro. Ademais, Alvarez, Dagnino e Escobar mencionam a ideia de Teresa Caldeira de que a regularidade democrática depende das “concepções populares do corpo, da punição e dos direitos individuais” (2000, p. 33). Dessa forma, a falta de democracia acabava por prejudicar a consolidação dos direitos civis e individuais no Brasil no período, o que compromete a relação formal entre movimentos sociais, os quais estão atrelados à diversificação do entendimento cultural, e o Estado, apesar de o ambiente hostil ter fortalecido a luta por esses direitos e conseqüentemente os referidos movimentos.

A década de 80 foi marcada pelo fortalecimento de movimentos de lutas por direitos no Brasil, os quais estão diretamente atrelados à relação entre o governo e a sociedade civil e, com a redemocratização voltaram a existir. Essa luta política envolve novas formas de pensar e praticar não só a democracia, mas também a economia e a cultura, propondo projetos alternativos (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Em decorrência da força dos movimentos sociais no âmbito cultural, ainda na década de 80 ocorre a promulgação da Lei número 7.505 do governo Sarney, “a qual passou a conceder benefícios e concessões fiscais no imposto de renda para iniciativas operacionalizadas no setor cultural ou artístico, isto é, foi instaurado um mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura através de renúncia fiscal” (SILVA, 2014 p. 202).

No período seguinte, a partir da década de 1990, desenvolve-se projeto de governo neoliberal, iniciado por Fernando Collor, o qual transformou o Ministério da Cultura¹⁰ em Secretaria de Cultura, ação seguida de redução drástica no orçamento da pasta. Ademais, o governo Collor dissolveu a lei número 7505 de incentivo fiscal a iniciativas de cunho cultural, elaborada na época anterior. Apesar disso, no âmbito cultural, foi dada maior autonomia aos poderes locais, especialmente aos governos estaduais e municipais, fenômeno posteriormente identificado nas

⁸ Inicialmente um regime civil-militar de exceção, que se instaurou como ditadura a partir do AI-5.

⁹ Definida no início desta seção.

¹⁰ O Ministério da Cultura foi criado em 1985 pelo governo Sarney (SILVA, 2014).

políticas de Lula e que foi importante para o reconhecimento do Cais do Valongo, pois incentivou o diálogo entre o âmbito municipal e o Estado (SILVA, 2014).

Com o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1985, segue-se outra etapa importante para a arena cultural com o retorno dos incentivos fiscais para a cultura. Tais instrumentos consistiam em políticas de renúncia fiscal e de marketing cultural, dando continuidade aos projetos implementados de redução do papel do Estado tanto no fornecimento de recursos necessários à produção cultural quanto no auxílio para encontrá-los (SILVA, 2014).

Com a ascensão de Lula da Silva ao governo, com o ministro da cultura Gilberto Gil, percebeu-se uma mudança significativa no papel do Estado, o qual passa a ser mais ativo no tangente às políticas culturais. Fato verificado com a criação de mais secretarias na pasta e de democratização da cultura, por meio de editais para selecionar os projetos a receberem financiamento¹¹, o que resultou no aumento de projetos culturais a serem expostos tanto internamente quanto no exterior (SILVA, 2014).

Outro aspecto relevante da gestão Gilberto Gil no então Ministério da Cultura é o destaque que adquire a diversidade como elemento essencial para a conceituação de identidade nacional¹², ou seja, as instituições estatais incorporam na concepção de nacional elementos culturalmente diversos. Tal identidade deixa de ser simplificada à mestiçagem como na Era Vargas e não se restringe mais ao interesse mercadológico, mas passa a expor o Brasil como diverso em “etnias, religiões, gêneros e regiões” (SILVA, 2014, p. 205). A diversidade abordada por Gil tem grande relevância na visão do Movimento Negro, o qual será mais bem detalhado em seguida, neste capítulo.

A mudança ideológica que é incorporada pelo Estado no âmbito da percepção da diversidade como parte da identidade nacional tem especial relevância no tema tratado ao ponto em que representa incorporação de agenda da sociedade civil pelo Estado. Ademais, essa mudança resultou no desenvolvimento de políticas que tiveram impacto direto no pleito do Cais do Valongo como patrimônio mundial, deixando heranças no modelo de desenvolvimento de política pública relevante para o acontecimento.

¹¹ Essa renovação teve fundamentação no Sistema Nacional de Cultura (SNC) e no Plano Nacional de Cultura (PNC) e também com projetos como o Programa Cultura Viva (SILVA, 2014).

¹² Esse elemento será melhor explicado na seção 7.

As transformações nas políticas estatais para a cultura também tiveram influência dos movimentos sociais, os quais enquadram-se como parte da sociedade civil dentre as distintas definições dadas a ela, desde aquelas que “incluem tudo o que não é o Estado ou o mercado, até concepções que restringem a noção a formas de vida associativa organizadas voltadas para a expressão de interesses da sociedade” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 39). Para melhor explicar tais movimentos, recorre-se aqui à teoria do reconhecimento proposta por Honneth e descrita por Saavedra e Sobottka (2008), a qual disserta que para a compreensão da sociedade por teoria crítica é preciso compreender o elemento do reconhecimento. Dessa forma, para atingir o reconhecimento é preciso dispor dos seguintes elementos:

- 1) amor, que gera a moralidade, o auto-respeito e a autonomia;
- 2) direitos, que gera o auto-respeito; e
- 3) solidariedade, que gera a auto-relação valorativa e ajuda o indivíduo a se aceitar a partir do senso de coletividade (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2011).

Os movimentos sociais são criados por indivíduos que, ao se depararem com os mesmos problemas sociais, se identificam e engajam-se na luta por seus direitos. A partir dessas concepções é possível analisar o Movimento Negro, haja vista que a população negra está submetida à privação de direitos no Brasil, desde o início de sua história, por caracterizar-se como população marginalizada.

Os movimentos sociais representam lutas pela democracia nos âmbitos político, econômico, social e cultural e luta pela redução das desigualdades. Dessa forma, elas propõem projeto antagônico à lógica de organização liberal. Alguns movimentos sociais além de conseguirem traduzir suas lutas para políticas públicas, redefinem o entendimento sobre cidadania, participação e representatividade política (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

No que tange à conceituação de público, os movimentos sociais se apropriam de locais propriamente públicos para exercer funções político-culturais distintas das convencionalmente estabelecidas, ressignificando assim o uso do espaço. Dessa forma, quando os espaços públicos são multiplicados e diversificados e a exclusão passa a ser confrontada, a democracia é favorecida, pois amplia o espaço de discussão e questiona ideias e práticas tidas como normais ou dominantes. Assim, tais movimentos contribuem para a democracia ao ponto em que suas demandas são incorporadas por políticas públicas e também quando multiplicam e diversificam a esfera pública (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

A partir desses entendimentos, o trabalho irá abordar o Movimento Negro no Brasil e sua relação com a cultura e as políticas culturais. Nesse contexto, o início da mobilização para criação de um Movimento Negro no Brasil se deu a partir de discussões em torno da violência utilizada pela repressão policial na época da ditadura militar no Brasil, o que acabou por resultar na primeira unificação de ações contra o racismo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que objetivava gerar discussões políticas sobre o tema (CUNHA, 2000).

À época dos anos 70, existiam duas principais vertentes ligadas às causas negras, uma denominada culturalistas ou entidades negras recreativas e a outra movimento politizado/político. A primeira era composta de práticas “culturalistas” e “assimilacionistas”, ou seja, promoviam festas e desfiles a convite do Estado, mas não tinham impacto em conscientizar e mudar a vida da população negra no país. Assim, a banalização e mercantilização da cultura negra pelo Estado e pelas elites acabou por prejudicar o projeto de conscientização, ou seja, a replicação de produtos com o objetivos de colocá-los à venda no mercado de acordo com as demandas das editoras e produtoras acabou por prejudicar as críticas sociais por trás deles (CUNHA, 2000).

Já o movimento político focava em resgatar e valorizar os “aspectos culturais adjetivados como negros” (CUNHA, 2000, p. 339) a fim de politizar essa população e não apenas comercializar suas artes. Ademais, buscava-se definir uma resistência à ideologia racial e ao mito da democracia racial ¹³(CUNHA, 2000).

Cunha (2000) integra em seu trabalho o pensamento do intelectual e militante Eduardo de Oliveira e Oliveira sobre o estudo racial. Na perspectiva dele, tal visão deveria ser polarizada ao ponto em que o racismo é presente, mesmo que em maneiras distintas, na vivência de negros, mestiços, pardos e mulatos. Sendo assim, ele e também González propõe a utilização do termo negro como categoria social a destacar as semelhanças em que os subgrupos de todos os diferentes tons de pele escura estão incluídos, ou seja, unificar em um termo as diferentes classificações de tipo racial, destacando os elementos que os unem para além do histórico de subordinação social. A cultura entraria nessa discussão com a função de mostrar a história pela visão do negro e definir as diferenças sociais da vivência dessa população (CUNHA, 2000).

¹³ Termo cunhado por Gilberto Freyre que caracteriza o Brasil “como uma civilização original, onde a miscigenação lançou as bases de um novo modelo de convivência entre raças, tendendo a neutralizar espontaneamente conflitos e diferenças” (CARVALHO, 2000).

Cunha (2000) chama a atenção para a visão dualista a partir da qual a mistura entre culturas pode acabar gerando perda de identidade e assim dando espaço para fortalecer o mito da democracia racial. Mas, ao mesmo tempo essa mistura não fez parte do discurso nacionalista que por anos tentou mostrar um Brasil branco e destacar os aspectos da cultura tradicional “pura” e “arcaica”, prejudicando o entendimento da diversidade étnica do País. No entanto, com o surgimento do enfoque culturalizante, analisado por Maria Beatriz do Nascimento, que surgiu em meados dos anos 70 buscando quebrar com o etnocentrismo das análises sobre a cultura negra, surgem as primeiras políticas culturais que reconhecem produções culturais negras como parte da construção de nação no Brasil (CUNHA, 2000).

Nos anos 80, os movimentos negros no País passam por mudanças, com o surgimento de blocos de carnaval criados para dialogar com a população periférica e incorporar a “história de resistência dos negros brasileiros, aos processos de descolonização e libertação de países da África Negra” (CUNHA, 2000, p. 350) em suas performances. Quando esses blocos passam a incorporar atividades políticas e a formar grupos culturais, inicia-se uma nova fase na qual o Movimento Negro¹⁴ incorpora objetivos para além do combate ao racismo, como a participação local para melhoria da vida nos bairros/favelas, que enfrentam diversos problemas como a falta de infraestrutura, a violência policial, o desemprego e a miséria. Sendo assim, o MNU deixa de ser o pólo centralizador e unificador da luta, apesar de não perder sua importância por ser o primeiro grupo de prestígio formado ainda no período militar (CUNHA, 2000).

Em resumo, num primeiro momento no Movimento Negro as noções de consciência e mobilização foram os pilares da luta, mas a partir dos anos 1980, a questão de identidade passa a tomar centralidade (CUNHA, 2000). É nesse contexto de busca pela recuperação da história do negro no Brasil, valorização de sua identidade e recuperação de seu auto-estima que o Cais do Valongo é redescoberto. A partir desse momento, vê-se no Cais uma oportunidade para destacar esses elementos de luta de maneira institucionalizada perante o Estado e também internacionalmente e assim, aumentar a visibilidade das causas do movimento e da cultura negra no Brasil.

Tendo em vista o Movimento Negro como ator precursor da luta pelo reconhecimento do Cais do Valongo, a análise se debruça a seguir sobre os próximos níveis, o estatal e internacional,

¹⁴ Durante este trabalho, Movimento Negro com as iniciais maiúsculas será usado para referir-se ao Movimento Negro Unificado.

nos quais o Cais passa para a etapa de reconhecimento institucional interna e externamente. Na esfera interna, o reconhecimento de patrimônios culturais e, no caso, do porto, dependem das políticas culturais do governo e de sua relação com a sociedade civil, pois é a partir da institucionalização dessa relação que se dá o devido valor ao bem e que se inicia o processo de internacionalização do reconhecimento.

5 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS EXTERNAS DOS GOVERNOS DE LULA A TEMER E A DIPLOMACIA CULTURAL

A política externa brasileira é regida pelos princípios do universalismo, cordialidade, multilateralismo, cooperação e pacifismo, características que mantêm certa estabilidade mesmo com mudanças de governo. Nesse sentido, o multilateralismo representa o interesse pela ação conjunta, cooperativa e não confrontacionista no âmbito internacional, as quais emergem de interesse pragmático, pois representam para o Brasil o meio mais benéfico de atingir os fins institucionais, haja vista que não se trata de uma potência e assim as ações unilaterais não possuem o mesmo resultado (KEOHANE, 1985, p. 226; CERVO, 2008, p. 28).

A cordialidade refere-se a tentativa de promover relações pacíficas, de cunho social, solidárias e não confrontacionistas nas relações externas brasileira, utilizando esse elemento, enquanto potência em emergência, como ferramentas de *soft power* (VIDIGAL, 2010, p. 43; CERVO, 2008). Esse princípio destaca-se no trato com os vizinhos, baseado nas tentativas, desde o Império, de promover relações de amizade e negócios que permitissem uma convivência pacífica, marcada por políticas de boa vizinhança e pela determinação de não se “ostentar a grandeza nacional”, ainda que reconhecendo a superioridade econômica do Brasil sobre os vizinhos. A cordialidade (afiabilidade) está diretamente relacionada ao pacifismo, princípio que considera a guerra como último recurso e almeja a resolução pacífica de conflitos (VIDIGAL, 2010). A esses preceitos acrescenta-se o universalismo, ou seja, utilização da diplomacia com o objetivo de ampliar o leque de poder do Brasil no sistema (MANZUR, 2017; CERVO, 2008).

No que tange à atuação internacional do Brasil, as dimensões geográficas colocam o País em posto de ser considerado um *monster country* junto com Rússia, China, Índia e Estados Unidos. No entanto, por não possuir grandeza na área estratégico-militar, não é visto como país assustador nesse quesito e assim, enquadra-se como um grande *player* pela população que representa mas

com histórico de atuação diplomática moderada, buscando mediar conflitos e cooperar por meio da diplomacia, utilizando do *soft power* como recurso para atingir influência (LAFER, 2000).

Desde a década de 1930 o Brasil muito mudou a partir de políticas públicas, o que inclui a política externa, por meio do "nacionalismo de fins", ideário desenvolvimentista que levou à modernização, diversificação de exportações e democratização, mas não conseguiu solucionar o problema da exclusão social. Na década de 1980 houve sucesso na redemocratização do País, no entanto a inflação e a dívida externa acabaram por prejudicar o objetivo de substituição de importação, fato que se agravou com a globalização, pois a substituição de produtos e serviços nacionais por estrangeiros tornou-se inevitável e assim as agendas interna e externa tiveram de se readaptar na década de 90 (LAFER, 2000).

O governo FHC, iniciado na década de 90 e considerado uma das principais gestões da época, seguiu as diretrizes tradicionais de política externa - pacifismo, respeito ao direito internacional, a defesa da autodeterminação dos povos e não-intervenção, e pragmatismo. Instituiu-se também, para além desses princípios, a participação ativa nos processos de formulação de normas e regras no sistema internacional, o que contribuiria para o desenvolvimento econômico do País, principal objetivo da ação externa brasileira no período. A partir desse momento os temas *soft* passam a ganhar espaço na agenda internacional (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

O governo Lula da Silva intensifica a aplicação do princípio da política externa autodefinida como ativa, acrescentando o elemento ativo ao defender a participação efetiva do Brasil nos grandes centros decisórios. Mais do que ter vez e voz como se pensava em FHC, passa-se a buscar por influência (CERVO, 2008). Objetiva-se também implementar política externa de cunho social solidária, utilizando do universalismo para atingir a autopercepção brasileira como “ponte” entre pobres e ricos (MANZUR, 2017). Nesse sentido, o então presidente buscava demonstrar nas ações externas cordialidade, solidariedade e benignidade, o que pode ser percebido com a exportação de programas como o fome zero. Ademais, a retórica oficial expressava que o Brasil recusava-se ao que o governo considerava acomodação à ordem mundial prevalecente e queria contribuir para a formação de uma ordem mais democrática e equilibrada no âmbito internacional, denunciando disparidades socioeconômicas e assimetrias, buscando alianças e coalizões com o Sul, entre outros caminhos (BARBOSA, 2014).

Nesse contexto, a política externa do período de 2004 a 2008 caracteriza-se pela continuidade e diversificação, pois ao passo em que mantém a participação efetiva do Brasil nos

grandes centros decisórios e segue aderindo aos princípios da Política Externa Brasileira, passa a engajar-se em prol da “autonomia pela diversificação” e da “autonomia pela participação” brasileira no sistema internacional, bem como acrescenta o elemento solidário (PASQUARELLI, 2013, p. 2287-2289).

A política externa do governo Dilma Rousseff foi marcada por continuidade em relação à de Lula da Silva, porém com algumas diferenciações. Ela escolheu para Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, personalidade que teve também importante participação no governo Lula como Secretário-Geral do Itamaraty, atuando com proximidade do Celso Amorim. O fato de o governo ser do mesmo partido também contribui para dar seguimento à linha de atuação externa. Sendo assim, a cooperação sul-sul continuaria sendo foco do governo, no entanto, o chanceler frisa que isso não reduziria a importância das relações com as grandes potências. Outro fator relevante nas políticas é o foco dado por Rousseff aos direitos humanos, que supera as atenções do governo anterior ao assunto (BRICS, 2011).

Patriota também introduz um novo termo, a “multipolaridade benigna” ou “multipolaridade da cooperação e inclusiva” que consiste no reconhecimento da ordem multipolar de poderes no cenário internacional e objetiva a cooperação entre esses poderes (BRICS, 2011). A ordem multipolar é a existência de mais de duas potências influentes no sistema, em oposição à unipolaridade, ou seja, a existência de um único poder predominante e à bipolaridade, compreendida como a “competição entre dois pólos de poder hegemônicos no sistema internacional” (BRICS, 2011, p. 3). Outra diferença relevante foi a atribuição de maior confiabilidade e credibilidade para as instituições e o direito internacional, ou seja, aumenta-se o peso e relevância dados a esses elementos na tomada de decisão interna.

Com o fim do governo Rousseff, resultado de processo de impeachment no ano de 2016, Michel Temer toma posse e nomeia José Serra a Ministro das Relações Exteriores. O representante então elenca dez princípios da política externa, quando define como prioridades a defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos e reafirma a responsabilidade do País com relação aos acordos assumidos internacionalmente e com a participação ativa nos foros internacionais. Percebe-se a manutenção do compromisso brasileiro com a nova agenda internacional que inclui temas como meio ambiente e direitos humanos (SERRA, 2016).

Quanto aos principais parceiros, mantêm-se a importância do Mercosul e destaca-se a intenção de fortalecer laços com a Argentina. Mas, declara que a política deixaria de ser centrada

no Sul global e ressalta o propósito de intensificar relações com parceiros estratégicos como Europa, Estados Unidos e Japão, algo que já vinha sendo assinalando desde o governo Dilma. O Ministro citada também China e Índia como prioridades na Ásia. Ademais, frisa que as relações com a África também seriam relevantes e não iriam se restringir aos laços históricos e culturais, mas seriam ampliados a intercâmbios econômicos e tecnológicos (SERRA, 2016).

Os princípios regedores da política externa brasileira ao longo de sua história em muito contribuem para o processo de reconhecimento do Cais do Valongo. A começar pelo fato de a negociação se dar em âmbito multilateral na Unesco e assim, guiado pelo princípio do multilateralismo, o Brasil busca tomar decisão cooperativa e em conjunto com os outros países membros do órgão. No âmbito do universalismo, com o reconhecimento do Cais, o Brasil amplia sua influência no sistema, pois ao ter um monumento reconhecido ganha visibilidade tanto para a história do País quanto para sua participação no âmbito global, ao se mostrar ativo com relação a nova agenda de política externa, o que traz prestígio internacional.

A cordialidade também é utilizada no processo, pois a memória de um patrimônio sensível à humanidade traz o aprendizado de respeito às diferenças e também solidariedade para com as vítimas das ações desumanas praticadas pelo sistema escravocrata, bem como as vítimas das desigualdades deixada por ele. O princípio da autodeterminação dos povos é igualmente levado em conta nessa decisão, ao lembrar que o sistema escravocrata desrespeitou tal fundamento impedindo que diversos povos seguissem seus destinos livremente e utilizando desse período como memória para aprendizado. Por fim, o Cais do Valongo representa uma ponte de ligação entre ricos e pobres, já que a entrada de africanos escravizados no País trazidos por brancos colonizadores gerou desigualdade social entre negros e brancos e trazer esse fato à memória é também se comprometer com medidas de reparação, que busquem reduzir essas assimetrias socioeconômicas.

A política externa é resultado de um processo de interação entre a sociedade civil, as políticas estatais e a ideologia de governo. No referente a princípios ideológicos e projeto político, é notória a diferença entre os governos do Partido dos Trabalhadores e o governo de Michel Temer (PMDB). Enquanto os primeiros pautam-se no neodesenvolvimentismo¹⁵ com participação estatal objetivando ampliar a participação da sociedade civil nos espaços públicos, o segundo dispõe de viés liberal, o qual preza por uma interferência mínima do Estado e a concepção de cidadania passa a ser guiada pela lógica individualista, defendendo o Estado mínimo (BARBALHO, 2018;

¹⁵ Definido por Filgueiras (2015) como “desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social” (p. 18).

ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Nesse sentido, a linha ideológica se reflete também na participação da sociedade civil em políticas públicas, a qual tem reduzido de forma significativa no governo Temer (BARBALHO, 2018).

Essas divergências influenciam também políticas culturais, tema não mencionado pela gestão de Michel Temer em seus documentos norteadores¹⁶. No entanto, os acontecimentos no setor cultural desde o governo Lula são influenciados pelas políticas participativas por ele implementadas, as quais foram determinantes para o estreitamento das relações entre a democracia e a atuação estatal na cultura, elemento que distingue o governo Lula dos demais. Essas políticas resultaram na reação e oposição dos agentes da área com a notícia de que o Ministério da Cultura seria extinto pelo governo Temer e a partir de então se tornaram pontos relevantes para a governabilidade do interino (BARBALHO, 2018).

As linhas ideológicas de governo também influenciam a política externa, mostrando reflexos na diplomacia cultural, a serem fortemente explorados pelo trabalho. Sendo assim, esses dois termos são definidos pelas autoras Bijos e Arruda, que utilizam os seguintes conceitos:

- 1) “A diplomacia compreende a ação externa de governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses” (CERVO, 2008 apud BIJOS; ARRUDA, p. 37, 2017, p. 37).
- 2) “Cultura é um conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc., que distinguem um grupo social” (HOUAISS apud BIJOS; ARRUDA, p. 37, 2017). Esses comportamentos e práticas sociais são detentores de significado¹⁷ (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17).

Desta forma, a diplomacia cultural entende-se como a utilização de atuações internacionais, moldadas por demandas internas e expressas por instituições domésticas, a fim de promover os padrões de comportamento de um determinado Estado (BIJOS, ARRUDA, 2010).

Em seguida, elas afirmam que “a política externa e a cultura fazem parte de um projeto de Estado que busca o desenvolvimento nacional através da promoção da diversidade cultural” (p. 33, 2010). Os governos utilizam assim, da cultura na esfera internacional como instrumento de

¹⁶ Os documentos norteadores da nova gestão são o texto “uma ponte para o futuro” de outubro de 2015 e “a travessia social” de 2016, ambos publicados pela Fundação Ulysses Guimarães do PMDB (BARBALHO, 2018).

¹⁷ Conceito já trabalhado na seção 5 deste trabalho.

“promoção da cooperação e redução de desconfianças mútuas” (BIJOS, L.; ARRUDA, V., p. 36, 2010), desenvolvendo atividades diplomáticas na área com o fim de promover os valores nacionais e inserir-se internacionalmente. A questão da diplomacia cultural, seu surgimento, seus objetivos e sua relação com o reconhecimento do Cais do Valongo serão explicadas em detalhe na próxima sessão.

6 O CAIS DO VALONGO: A DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA E O RECONHECIMENTO PELA UNESCO

As assimetrias entre países na esfera internacional é evidenciada com a globalização (plano econômico, financeiro e da informação) e a fragmentação (plano identitário, político e social) num mundo pós-Segunda Guerra Mundial (LAFER, 2000). O fenômeno da globalização é descrito por McGrew como processo que ultrapassa as barreiras nacionais, interligando comunidades a partir da mudança de concepção de tempo-espaço, a qual passa a ser reduzida e os processos de integração mais rápidos e por vezes até instantâneos (1992 apud HALL, 2006).

A aceleração do tempo e redução dos espaços gerada pela globalização afeta o Brasil de maneira não uniforme. No que tange ao âmbito financeiro, a rapidez dos fluxos financeiros acaba levando a crises nos países emergentes que afetam direta ou indiretamente o País e é por isso que ele deve se mostrar presente na formulação da nova arquitetura financeira (LAFER, 2000).

O tempo da mídia, também imediato, provoca reações aos acontecimentos nacionais e globais na população, afetando sua opinião e conseqüentemente afetando o mercado e a política. “Daí, por exemplo, a importância da diplomacia presidencial e das reuniões de cúpula, criando eventos que permitem transmitir e informar a opinião pública – interna e internacional – sobre o significado dos processos em andamento no país” (LAFER, 2000, p. 265). Quanto ao econômico, é afetado pelas condições de competitividade e prejudicado pelo custo Brasil, calculado em 25% em relação aos principais parceiros comerciais do País, ou seja, o produto brasileiro é 25% mais caro no mercado (SERRA, 2016; LAFER, 2000). O tempo político na democracia é mais lento, condicionado pelos ciclos eleitorais, interesses partidários, instituições políticas e divisão de estados e municípios. Por fim, o tempo diplomático, também mais lento, é o das negociações praticadas em instituições multilaterais e internacionais (LAFER, 2000).

O fenômeno da globalização, com os avanços tecnológicos e de comunicação, acabou por intensificar os intercâmbios culturais e gerar porosidade das fronteiras nacionais, impactando

assim a percepção das identidades nacionais. Algumas consequências da globalização no âmbito nacional são percebidas:

"À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural" (HALL, 2006, p. 74).

A relação entre indivíduos ou grupos e a ideia de nação é trabalhada por Hobsbawm por um ponto de vista histórico. Desta forma, o trabalho irá retomar esse processo histórico para compreender melhor a relação entre a formação de identidade nacional e a globalização. Existem dois processos que podem anteceder o nacionalismo, um deles é o protonacionalismo, no qual as pessoas já apresentavam um sentimento comum de pertencimento a uma certa comunidade e um vínculo entre seus habitantes. Ele só gera o nacionalismo se as pessoas utilizarem esses valores comuns a favor de um objetivo político. Apresenta-se também a ideia de nacionalismo popular, a qual envolve pessoas que não participam das elites e assim formam sua concepção de nacionalismo a partir de língua, religião, nação política e etnicidade. O nacionalismo popular, assim como o protonacionalismo, também ajuda a formar o nacionalismo moderno, mas ele ainda não está associada ao Estado (HOBSBAWM, 1990).

Alguns dos aspectos que contribuem para a formação de uma identidade comum são língua, etnicidade, religião e nação política. A língua porque é uma forma de expressão de uma característica em comum e pode ser usada para padronizar a educação, unificando a cultura. No referente a etnicidade, a base do grupo étnico é a cultura e como eles se veem, ou seja, qual é sua descendência comum. A religião é o método de comunhão entre as pessoas que pode fazer com que elas se identifiquem e ajudar a formar uma nação, mas ela também pode desafiar o próprio nacionalismo, pois as pessoas colocam seus valores e crenças acima da própria nação. Por fim, a nação política representa a consciência de pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável. Ela é essencial para a ideia de nacionalismo moderno (HOBSBAWM, 1990).

Aline Gomes, doutoranda em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais, define a identidade como "uma conexão subjetiva dos indivíduos com determinado aspecto cultural, por exemplo, sua nação, língua, etnia, tradição, entre outros. Ela corresponde ao sentimento de pertencimento do indivíduo a uma coletividade e atua como referencial particular, ou seja, como componente que diferencia um indivíduo ou grupo dos outros" (2015, p. 447).

A etnicidade é particularmente importante para esse trabalho, pois foi um fator determinante na identificação dos descendentes de africanos que vieram para o Brasil, que

encontraram na sua cor elementos e histórias em comum. A vivência de uma situação de dominação parecida, o fato de terem sido tratados como iguais pelos europeus e o racismo, também contribuíram para a formação dessa identidade comum, motivando surgimento de resistências, como o Movimento Negro, fundamental no processo de reconhecimento do Cais, e de grupos culturais (MAZRUI; WONDJI, 2010).

A identidade nacional é um conceito socialmente construído e utilizado quando se tem objetivo político de unificar povos diferentes sob o governo de um Estado comum (GOMES, 2015). No Brasil, a formação de identidade nacional foi construída com base em modelo europeu, até mesmo a ideia de nação não existia dentre um povo tão diverso e que não passou por processo de luta pela construção de uma Nação, pois se enquadrava no modelo da colônia cuja organização política vinha diretamente da metrópole. Soma-se a isso o fato, já dito previamente, de que o Estado é confundido com o indivíduo, por ser ele o dominador, de acordo com a estrutura imposta pela metrópole e assim, utilizar a estrutura estatal para satisfazer desejos pessoais (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Sendo assim, o processo de formação da identidade nacional foi feito a partir dos valores e ideais dos colonizadores com a imposição de uma língua comum, o português, de um ideal de embranquecimento da população e de uma religião comum, a católica, resultando num processo excludente, que não representa a maior parte da população e que gerou reflexos de desigualdade.

Os resultados do processo de construção de uma nação independente refletiram na atuação internacional do Brasil. De acordo com Gomes, ao decorrer do século XIX o Brasil não tinha ao certo uma identidade vista pelos outros própria do País neste cenário por ser colonizado e buscar seguir as tradições européias (2015). Ao mesmo tempo era visto como um país atrasado, devido à mestiçagem e a rituais “selvagens” (GOMES, 2015). “Ao final no século XIX o Brasil passou a perseguir um caráter nacional, uma imagem que representasse a nação, contudo, ainda procurando se enquadrar nos moldes da civilização europeia” (GOMES, 2015, p. 453) ao buscar distanciar-se da história e das tradições ligadas à África e seguir os costumes europeus na diplomacia buscando “modernizar-se”.

Em meados do século XX inicia-se processo de mudança na concepção de identidade nacional, muito influenciada pelo Movimento Modernista que buscava valorizar as raízes e autenticidade do nacional. Isso se refletiu na política, com Getúlio Vargas em 1930, quando o

Estado passa a valorizar a miscigenação, utilizando da democracia racial¹⁸, e a incorporar elementos culturais populares na apresentação da imagem nacional e na busca pelo desenvolvimento (GOMES, 2015). Essa ideia de democracia racial foi desconstruída a partir de estudos oriundos do Projeto Unesco, que buscavam compreender as relações raciais singulares no Brasil, que reinterpreto as ideias de Freyre, comprovando a existência do racismo por análises científicas e também como fenômeno generalizado na realidade social do país (MOURA E SILVA, 2015).

Na Europa, a identidade nacional esteve historicamente vinculada ao nacionalismo, enquanto no Brasil, a identidade nacional se origina e se expressa na identidade cultural, pois o processo de aceitação e valorização da heterogeneidade cultural emergiu como algo muito valioso, capaz de atribuir personalidade ao país no concerto das nações (GOMES, 2015). Sendo assim, na atualidade é percebido o papel fundamental da cultura na atuação de Estados no sistema internacional, pois é ela quem caracteriza e distingue povos, tornando-se assim um dos principais eixos das relações internacionais, juntamente com política, economia e defesa das Forças Armadas (GOMES, 2015).

Joseph Nye é um relevante teórico que aborda a questão cultural na arena internacional ao implementar o termo *soft power*, definido como “levar os outros a querer o que você quer”, ou seja, é uma terceira opção para além da guerra ou de embargos militares e não se trata de uma ameaça mas sim de influência, que traz vantagens na negociação (NYE, 2004). O fenômeno da globalização foi fator determinante para que a cultura começasse a ser estudada nas relações internacionais, pois acabou por intensificar os intercâmbios culturais, o que ampliou a utilização da diplomacia cultural como ferramenta de *soft power*. Enquanto o poder econômico e militar tem capacidade de levar à guerra, algo a ser evitado na política internacional, o poder sobre a opinião é uma via mais pacífica de se influenciar a política em uma democracia, pois a opinião pública influencia a tomada de decisão e a definição de políticos e políticas (GOMES, 2015).

Conforme dito, o âmbito cultural é influenciado pela globalização. Existem diversas perspectivas quanto a esse fenômeno, dentre elas a dos globalistas, que percebem o enfraquecimento das identidades nacionais, que passam a ser substituídas pela homogeneização cultural e a perspectiva dos que verificam o fortalecimento de identidades locais em contraponto à globalização. De qualquer forma as identidades se tornam mais híbridas pois estão expostas ao

¹⁸ Já descrita na seção de políticas públicas e movimentos sociais.

diferente, o que acaba por transformá-las de certa forma, mas é importante ter em mente que esses dois fenômenos tanto da universalização cultural quanto da valorização da cultura local podem estar ocorrendo em uma mesma sociedade (HALL, 2006; GOMES, 2015; ALVES, 2010).

Frente aos fenômenos da globalização no âmbito cultural, a diplomacia busca incorporar elementos culturais nacionais a fim de exercer influência externamente. A diplomacia cultural é, portanto, a utilização da cultura nacional para atingir objetivos na política externa ou na diplomacia. Ela difere-se das relações internacionais culturais, as quais definem-se pela interação entre atores da sociedade civil no âmbito cultural, projetando na cultura um fim em si mesmo, enquanto a diplomacia cultural visa também objetivos econômicos, políticos e comerciais (GOMES, 2015).

Para tanto, existem três formas institucionais de um Estado se relacionar com a cultura, as quais acabam refletindo em como ele lida com esse fator no âmbito internacional. A primeira delas é centralizar em um Ministério ou órgão as funções de difusão e diplomacia cultural, como é o caso do Brasil, da França e da Itália. A segunda é a utilização de agências autônomas não governamentais para atuar e decidir os rumos da diplomacia cultural, como é o caso do Canadá, da Austrália, da Nova Zelândia e do Japão. Por fim, tem-se o governo misto, que é a utilização de Ministérios em conjunto com agências autônomas para difundir a cultura, caso da Alemanha (GOMES, 2015).

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores centraliza as funções de difusão cultural e promoção da cultura brasileira no exterior. A primeira fase da diplomacia cultural no País, compreendida entre 1920 e 1945, foi focada na cooperação intelectual e na propaganda. A difusão cultural ainda permanecia eurocentrada. Entre 1945 e 1980 a diplomacia cultural continuava como secundária na política externa, mas no âmbito da política interna, cresce a influência da política cultural sobre outras políticas brasileiras, ganha espaço a cultura popular junto da erudita e diversificam-se os públicos e espaços alvos de ações culturais. Durante esse período o Itamaraty não atuou de forma a difundir os produtos culturais brasileiros e sim contribuiu para facilitar o seu acesso, objetivando ganhos econômicos, mas o interesse do público-alvo (europeus interessados nas produções musicais/audiovisuais latinas) já existia (GOMES, 2015).

Vale destacar que a “política externa independente”, lançada por Jânio Quadros em 1961 buscou estreitar laços com outras regiões para além da européia e norte-americana, incluindo também a região africana por conta dos laços históricos e étnicos com o Brasil. Essa nova política

introduziu novos públicos-alvo na política cultural brasileira. Anos depois, nas décadas de 1980 e 1990, com o declínio do nacional-desenvolvimentismo por conta da inconstância na economia e das mudanças geradas pelo fim da Guerra Fria, surgem novas agendas. Essas últimas pautas não representaram grande novidade para a agenda cultural, que permaneceu em segundo plano e ainda era vista sob ótica mercadológica (GOMES, 2015).

Foi no início do século XXI que iniciou-se uma mudança nas políticas para a cultura, a qual passa a ser prioridade na nova concepção de desenvolvimento nacional do governo Lula, como já mencionado previamente. As três instituições governamentais particularmente responsáveis por executar esse plano cultural no âmbito externo foram: Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Cultura (MinC) e Ministério da Educação (MEC). Essa ação vem em resposta à sugestão de Ribeiro (2011) de que o Itamaraty deveria ter mais contato com as entidades responsáveis pelo assunto cultural internamente a fim de coordenar e alinhar as políticas interna e externa.

Sendo assim, Gomes conclui que:

"a diplomacia cultural brasileira adquiriu relevância a partir do início do século XXI, o que pode ser constatado i) pela estrutura interministerial criada ou incrementada a partir de 2003; ii) pelo envolvimento de entes diversificados na tarefa de difundir a cultura brasileira no cenário internacional; iii) pelo número de ações culturais desenvolvidas no exterior no período 2003-2010, cuja soma correspondeu a 4.854 projetos identificados por Novais (2013: 197); iv) pela diversidade de áreas de atuação da diplomacia cultural (difusão da língua portuguesa, educação, teatro, música, patrimônio cultural, artes, museus, dança, esporte, gastronomia, turismo, etc.); v) pelo destaque concedido pela diplomacia cultural às regiões prioritárias da política externa, quais sejam: América do Sul e África" (2015, p. 460).

A ampliação da diplomacia cultural brasileira resultou em maior participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), instituição fundamental na regulamentação e institucionalização do âmbito cultural no sistema internacional. Nesse contexto, a atuação da Unesco no campo cultural é de viés político-simbólico, o que começou a ser implementado na década de 1960 com a mercantilização do simbólico, que integrou o âmbito simbólico-cultural, econômico e político. A partir dos anos 1990 intensificam-se os recursos institucionais de regulamentação na área cultural por meio de declarações, recomendações e convenções. Esse crescimento se dá num ambiente de incremento da demanda por serviços culturais como editorial e audiovisual. Acrescenta-se a esse cenário o surgimento de novas tecnologias e a instantaneidade da comunicação com a globalização (ALVES, 2010).

Entre a globalização cultural e a valorização da cultura local, já abordadas previamente, levanta-se movimento em favor da diversidade cultural e valorização das identidades regionais

com participação estatal, objetivando regulamentar políticas públicas voltadas para a área cultural e é nesse quesito que a Unesco atua. O órgão contribuiu para o recrudescimento de termos no âmbito cultural e para a implementação de mecanismos jurídicos no que tange à promoção da diversidade cultural e da identidade após extensa negociação com governos, organismos transnacionais e sociedade civil (ALVES, 2010).

Resultados desse extenso trabalho são perceptíveis no lançamento da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural em 2001, da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 e da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais¹⁹ em 2005. Esses instrumentos consolidaram a relação entre cultura e desenvolvimento a partir da definição de conceitos e também contribuíram para solidificar a cultura como principal área de atuação do organismo, que possui ao todo sete convenções englobando o agenda cultural (ALVES, 2010).

A Convenção da Diversidade Cultural de 2005 foi aprovada “com força de lei, criando compromissos, direitos e deveres” (ALVES, 2010, p. 544). Ela teve o papel importante de distinguir bens e serviços culturais. Nesse sentido, não foi feita apenas para ser usada como um recurso ético e jurídico para valorizar os mercados culturais, mas também para proteger e respeitar as culturas regionais e incentivar a formulação de políticas públicas voltadas para elas. O Brasil participou ativamente da elaboração da Convenção a começar pela sugestão do nome, que antes seria Convenção para a Proteção da Diversidade dos Conteúdos e das Expressões Artísticas e então, por solicitação do Brasil, passa a ser Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais com objetivo de diferenciar a cultura popular da erudita (ALVES, 2010).

A participação brasileira no processo foi guiada por três interesses principais - o de acrescentar à administração o valor universal da diversidade cultural a fim de dar um retorno às minorias culturais que elegeram Lula; o de destacar a importância da cultura popular²⁰ para as políticas culturais, objetivando dar visibilidade a esta cultura a fim de transformar suas riquezas simbólicas em riquezas materiais; e o de ser protagonista na “formação discursiva que passa pela

¹⁹ Aprovada com apenas 2 votos contrários, o de Israel e dos Estados Unidos da América, sob a alegação de que poderia incentivar extremismos religiosos (ALVES, 2010).

²⁰ Definida como “expressões e criações estéticas e artísticas de uma determinada coletividade” (UNESCO, 2005).

formação e consolidação de novas categorias nativas, como indústrias da criatividade, diversidade cultural, patrimônio imaterial, entre outras” (ALVES, 2010, p. 547).

Nesse contexto, a preservação da diversidade cultural é fundamental para a sociedade assim como a biodiversidade, pois sem ela a lógica predatória e desigual toma conta e acaba por destruir o identidades e comunidades como uma nova forma de colonização levando à extinção de práticas e conhecimentos específicos (ALVES, 2010). E é nesse cenário internacional de valorização das diversidades culturais e também da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024 da Organização das Nações Unidas que surge a oportunidade de acrescentar o Cais do Valongo à lista de patrimônios mundiais da Unesco.

Percebe-se que a ideia de identidade nacional, as políticas de cada governo, as diretrizes da política externa brasileira e o momento internacional influenciam na maneira como a cultura é promovida e como a estratégia de inserção internacional é realizada. Dessa forma, o Cais do Valongo faz parte de uma estratégia de promoção de uma cultura brasileira com diversidade, evidenciando a importância da população negra na formação do País (VASSALO; CICALO, 2015).

O Cais do Valongo é, portanto, um monumento histórico detentor de forte simbologia, pois representa a entrada de diversos africanos, os quais foram fundamentais para a construção, formação e composição do Brasil. Nesse sentido, o reconhecimento do Cais como patrimônio mundial da Unesco em março de 2017 enquadra-se na lógica de promoção da diversidade cultural e reafirma um avanço na política externa brasileira, que vinha sendo notado desde o governo Lula, demonstrando a ressignificação das políticas culturais, explorando os âmbitos simbólicos, econômicos e cidadãos dos bens culturais, enxergando tais elementos como meio para o desenvolvimento socioeconômico do país (BIJOS, ARRUDA, 2010). Além de tudo, demonstra o sucesso das políticas culturais de Lula da Silva, que envolvem a participação ativa de agentes político-culturais, sendo eles representados pelo Movimento Negro.

6 CONCLUSÃO

Esta dissertação objetivou abordar o processo de reconhecimento do Cais do Valongo a partir de critérios domésticos e internacionais. A história do monumento está ligada ao passado colonial e escravocata do Brasil, que gerou consequências para o presente refletindo tanto na diversidade cultural e étnica do País, quanto na desigualdade social atrelada à cor de pele. O Cais

do Valongo foi descoberto em 2011 com as construções e modernizações do Porto Maravilha para preparar a cidade para os eventos que o Brasil iria sediar, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Com a descoberta do local, iniciou-se uma pressão de membros da comunidade acadêmica, com Tânia Lima, Milton Guran e Carlos Soares, e também por representantes do Movimento Negro no Rio de Janeiro, composto por diversas organizações representantes da sociedade civil. A partir do consenso entre esses grupos e o governo sobre o significado daquele local como principal ponto de entrada de africanos escravizados no Brasil, iniciou-se o processo de patrimonialização do Cais. Nesse processo, define-se que o monumento representa um patrimônio cultural por conter "significado que molda a experiência social" (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 18), ou seja, ele representa a escravidão no Brasil, fenômeno que impactou o modo de vida dos brasileiros e contribuiu para a formação cultural do País.

O Brasil por um longo período na história buscava ser reconhecido internacionalmente como país Ocidental de costumes "civilizados", buscando aproximar-se dos costumes europeus e valorizando a cultura erudita. Isso começa a mudar com Getúlio Vargas que vê na miscigenação uma maneira de diferenciar o país dos demais no âmbito externo, no entanto, o fez a partir da divulgação da ideia de democracia racial, que foi sendo desconstruída e hoje é considerada mito. Em seguida, a cultura perpassa por diversos governos mas o foco em abordar a questão é mercadológico. É a partir do governo de Lula que ela passa a ser objeto de maior atenção por suas características sociais e políticas, buscando aplicar a diversidade como elemento essencial para conceituar a identidade nacional .

O Movimento Negro no Rio de Janeiro, abordado neste trabalho, é descentralizado e engajado politicamente com objetivos para além do combate ao racismo, como a participação local para melhoria da vida nos bairros/favelas, que enfrentam diversos problemas como a falta de infraestrutura, a violência policial, o desemprego e a miséria. Essa mobilização viu no processo do Cais do Valongo uma oportunidade tanto para chamar atenção à luta no Brasil, quanto para continuar agindo a fim de melhorar as condições de vida da população negra a partir do comprometimento internacional brasileiro com o tema e encontrou momento favorável.

Sendo assim, conclui-se que o processo de reconhecimento do Cais do Valongo contou com o interesse dos movimentos negros em chamar a atenção para a luta por melhores condições de vida à população negra brasileira e em reconhecer o doloroso passado comum desses indivíduos e enfatizar formas de reparação para esses fatos. Houve também interesse local do governo do Rio

de Janeiro de chamar a atenção para a cidade e movimentar o turismo ao redor de um monumento reconhecido como patrimônio mundial, além de cumprir sua missão democrática de escutar a solicitação da sociedade civil.

Desta forma, a política externa incorpora essas demandas por meio da diplomacia cultural ao seguir as diretrizes de política externa brasileira, buscando atuar em cooperação com os outros países no âmbito multilateral e objetivando ter prestígio internacional, o que resultou na apresentação do Cais do Valongo como patrimônio mundial da Unesco e no subsequente reconhecimento. A aceitação foi também resultado de um momento favorável na Unesco no contexto de valorização da diversidade cultural e pela ocasião da Década Internacional do Afrodescendente. Portanto, houveram diversos fatores desde elementos internos até fatores internacional que contribuíram para o sucesso do reconhecimento do Cais do Valongo.

Atualmente, como resultado do reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial, deverá ser fundado o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira, memorial com objetivo de mostrar a relevância do porto, com inauguração prevista para 2020. Com a ajuda da Unesco na captação de recursos, o projeto do museu já conta com 10 milhões de reais para começar a ser implementado (AUTRAN, 2019). De acordo com Nilcemar Nogueira, coordenadora do projeto e ex-secretária municipal de Cultura do Rio, a ideia é mostrar por meio do museu “como os escravos contribuíram para a construção da nossa sociedade e reconhecer personalidades [negras] nas artes, na música...” (AUTRAN, 2019). A pretensão é que o museu seja fundado de maneira conjunta com a comunidade negra e ocupe toda a região da Pequena África com sede no prédio Docas Dom Pedro II, construído pelo engenheiro negro André Rebouças em 1870 com mão de obra livre. O local pertence ao Ministério da Cultura (atual Ministério da Cidadania), no entanto está ocupado pela ONG Ação da Cidadania. O contrato de utilização do estabelecimento pela ONG venceu em julho de 2018 mas após recorrer na justiça o pedido de extensão de permanência foi autorizado e o então Ministério da Cultura declarou ser favorável à ocupação dele pela ONG até que as obras do Centro de Interpretação sejam finalizadas (RESENDE, 2018; VIEIRA, 2018).

De acordo com o coordenador científico da candidatura do Valongo a patrimônio, o antropólogo Milton Guran, a instalação deste memorial é condição para que a Unesco mantenha o status de patrimônio mundial, ademais, o organismo internacional não aceita organização privada funcionando em um patrimônio mundial tombado (VIEIRA, 2018). Nilcemar Nogueira afirma já estar resolvendo o embate quanto ao local junto ao novo presidente da república, Jair Bolsonaro,

a fim de que o edifício Docas Dom Pedro II seja a sede do museu (ANTUNES, 2018; AUTRAN, 2019).

Outro problema, identificado pela professora Tânia Lima, é a falta de curadoria e a restrição de acesso por pesquisadores às peças arqueológicas encontradas durante as escavações, dentre elas cachimbos, adornos e amuletos, além de anéis usados por crianças africanas (VIEIRA, 2018). Essas questões levantadas após o reconhecimento e o atual contexto político-social chamam atenção para os rumos a serem tomados institucionalmente e também no âmbito da sociedade civil com relação ao patrimônio. Ademais, tais ponderações realçam as exigências postas pela Unesco para a manutenção do status de patrimônio mundial e também representam um desafio às novas pesquisas sobre o monumento e sua significância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 15-57.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 539-560, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300007>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ANTUNES, Jéssica. Rio recebe em 2020 o Museu da História e Cultura Afro-brasileira. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 26 nov. 2018. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/rio-recebe-museu-da-historia-e-cultura-afro-brasileira>. Acesso em: 10 abr. 2019.

AUTRAN, Paula. O que já se sabe sobre o Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira. *O Globo*, [s.l.], 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/o-que-ja-se-sabe-sobre-museu-da-historia-da-cultura-afro-brasileira-23455151>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/9230/5497>. Acesso em: 23 ago 2018.

_____. Políticas e indústrias culturais na América Latina. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 9, ed. 17, n. 1, p. 23-35, out. 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_02_barbalho.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BETIM, Felipe. Cais do Valongo, patrimônio mundial no Rio para não esquecer o horror da escravidão. *El País*, São Paulo, 10 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/09/politica/1499625756_209845.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. *Revista Dialogos: a cultura como dispositivo de inclusão*, Brasília, v.13, n.1, ago. 2010. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/2912/1824>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRICS POLICY CENTER. *BRICS Monitor: As mudanças na Política Externa do governo Dilma e a “Multipolaridade Benigna”*. Rio de Janeiro: Núcleo de Análises de Economia e Política dos Países BRICS, 2011.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

CAIS do Valongo: a história da escravidão no porto do Rio de Janeiro. *Educação Globo*, [S.l.], [ca. 2017]. Disponível em: <educacao.globo.com/artigo/cais-do-valongo-historia-da-escravidao-no-porto-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 2 abr. 2019.

CARVALHO, Olavo de. *Gilberto Freyre na USP*. O Globo, 2000. Disponível em: <<http://old.olavodecarvalho.org/semana/freyreusp.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CUNHA, Olívia Maria. Depois da festa: Movimentos Negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. IX.

FILGUEIRAS, Luiz. *Notas para a análise de conjuntura*. Bahia: Observatório de Análise Política em Saúde, 2015. Disponível em:

<<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/documentos/pensamentos/5f41cee983c8966ae18fe8776ef23e01/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Apresentação*. Brasília, [ca. 2018]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GOMES, Aline. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Revista estudos políticos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 443-465, out. 2015. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2016/10/443-465.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2006. p. 67-75.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. cap. 2, 3 e 4.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. *Explaining and Understanding International Relations*. Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1990. Disponível em: <<https://sites.duke.edu/niou/files/2014/06/hollis91book.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos*. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Cais do Valongo* – Rio de Janeiro (RJ). 2014. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. Comitê Técnico da Candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo a Patrimônio Mundial. *Sítio Arqueológico Cais do Valongo*: Rio de Janeiro, Brasil. [ca. 2016]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_valongo_12jun.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Sítio arqueológico Cais do Valongo proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial*. 2016. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS - IPEAFRO. *Cais do Valongo*. [ca. 2018]. Disponível em: <<ipeafro.org.br/acoes/cais-do-valongo/>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. *The Johns Hopkins University Press*, [s.l.], World Politics, v. 38, n. 1, p. 226-254, out. 1985.

LAFER, Celso. *Brasil: dilemas e desafios da política externa*. Brasília: Estudos Avançados, v. 14, n. 38, p. 260-267, 1 abr. 2000.

MANZUR, Tânia. *Curso de Análise das Relações Internacionais*. mar-jun. 2017. Notas de Aula.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe. *História Geral da África, Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MOURA E SILVA, Mateus. Casa-grande & senzala e o mito da democracia racial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file>>. Acesso em: 23 jan 2019.

NYE, Joseph. *Soft power: the means to success in world politics*. Nova York: Public Affairs, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Site archéologique du quai de Valongo. [s.l.], 2017. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/fr/list/1548>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PASQUARELLI, Bruno. Política Exterior como política pública: un análisis de la actividad diplomática brasileña durante el gobierno Lula. In: ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES: Congreso Internacional 1810-2010 - 200 años de Iberoamérica, 19., 2010, Santiago de Compostela, España. p. 2278-2297. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/53/16/25/PDF/AT16_Lippe.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

RESENDE, Dayana. ONG Ação da Cidadania poderá permanecer no galpão da Zona Portuária. O Globo, [s.l.], 16 jul. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/ong-acao-da-cidadania-podera-permanecer-no-galpao-da-zona-portuaria-22881612>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

SAAVEDRA, Giovani; SOBOTTKA, Amil. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 9-18, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4319/6864>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SCHERER-WARREN, Lisa. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. *Katálysis*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 24-31, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6933/6393>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SERRA, José. *Diretrizes da Política Exterior Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2016. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/repertorio/diretrizes-governo-Temer-Ministro-Serra.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SILVA, Eliane. *Cultura e desenvolvimento – (Re)Desenhando a Geopolítica Brasileira: Um olhar Sul/Sul*. Rio de Janeiro: ESG, 2012.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 199-224, abr. 2014. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100011>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2012. p. 113-129.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 239-271, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832015000100239&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 nov. 2018.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Brasil: potência cordial? A diplomacia brasileira no início do século XXI. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, [S.l.], v. 4, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/697>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VIEIRA, Isabela. Após 1 ano de tombamento, Cais do Valongo corre risco de perder título. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 09 jul. 2018. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/apos-1-ano-de-tombamento-cais-do-valongo-corre-risco-de-perder-titulo>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo social*, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2019.